



EDITORIAL

Com este número 78 da Revista HISTEDBR On-Line encerramos as publicações de 2018.

Como sabido, a Revista HISTEDBR On-Line é um periódico que publica estudos e pesquisas desenvolvidos na área da Educação e que estabelecem diálogo entre História, Sociedade e Educação. Buscando inserir os debates contemporâneos no escopo da revista inauguramos, este ano, a Sessão Debates, além de termos destacado, nos editoriais, aspectos que consideramos relevantes para compreensão da conjuntura atual. Os próprios editoriais expressam esse movimento da história atual. Vale a pena, assim, retomarmos alguns pontos.

No número 75 (jan/mar), fazendo coro a uma denúncia que tem sido feita pelo campo progressista, destacamos que

Na conjuntura política atual, a própria Carta Magna está sob forte ataque e desmonte, num processo de reversão dos direitos sociais que, garantidos no texto da Lei, ainda muito estava por ser feito para sua efetivação. É este o caso do “direito à educação” ao qual corresponderia à prerrogativa do dever do Estado (e da família), em colaboração com a sociedade civil. Essa prerrogativa do dever do Estado é revertida com a introdução do conceito de “serviço público não-estatal” por meio do qual é impulsionada uma determinada relação público e privado em que ocorre, ao mesmo tempo, um “fenômeno de publicização do Direito Privado e de privatização do Direito Público” (CURY, 2007, p. 8). Essa relação traz consequências importantes no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, de modo geral, marcando sobremaneira a educação brasileira na atualidade. Evidenciam-se, nesse processo, a tendência de desoneração do Estado e a transferência do papel de gestão das políticas educacionais para o âmbito privado com a crescente participação dos empresários que se objetiva na adoção de princípios de gestão por resultados, materializada no Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), na definição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) alavancada pelo “Movimento pela Base Nacional Comum” com principal destaque à participação ativa das Fundações Empresariais, a exemplo da Fundação Lemann.

Coroando esse projeto educacional e, inclusive, para sua efetiva implementação, não se pode prescindir dos professores considerados tanto obstáculos quanto protagonistas da contrarreforma educacional em curso. Assim, além dos mecanismos de regulação e controle do trabalho docente, uma “nova” política de formação docente tem se configurado, tendo como carro chefe o Programa de Residência Pedagógica recém lançado por meio do Edital CAPES 006/2018 assumidamente objetivando “promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (CAPES, 2018).

Esse cenário preocupante e que exclui das tomadas de decisões os movimentos sociais populares, evidencia um grande retrocesso nas conquistas oriundas das



lutas sociais alavancadas no bojo do processo de redemocratização do país. Ao mesmo tempo, é um momento propício para o fortalecimento dos laços que nos une na construção de um outro projeto de educação que seja pública, laica, gratuita e de qualidade social para todos(as) indistintamente.

Buscando acompanhar o desenrolar da história, cientes das dificuldades de o fazermos no tempo presente no qual nos encontramos inseridos, no número 76 evidenciamos o papel da “PEC 55, que instituiu um “novo regime fiscal”, com efeito o contingenciamento dos gastos das políticas sociais por 20 anos, bem como a Reforma Trabalhista, cujo efeito é a intensificação na exploração do trabalho, inclusive docente” e continuamos ao afirmar que,

Mais precisamente na Educação, temos visto uma série de mudanças que aprofundam a retirada de recursos destinados às Escolas e às Universidades brasileiras que sofrem com o subfinanciamento, além das reformas mais específicas que seguindo a lógica do “governo ilegítimo” são apresentadas e encaminhadas de modo autoritário e de maneira pouca afeita aos debates mais amplos com toda a população brasileira, haja vista, os exemplos da Reforma do Ensino Médio, da elaboração da Base Nacional Comum Curricular e da apresentação da proposta de Política Nacional de Educação Especial que simulam um debate democrático, mas a rigor, seguem disciplinadamente os interesses empresariais.

O número 77 foi publicado

[...] em tempos de acirramento político nacional durante as eleições presidenciais mais difíceis desde os primeiros momentos da “Nova República”, com o avanço da extrema direita em mais uma de suas expressões que têm se tornado recorrente no cenário mundial. Sintomático deste quadro é a ausência do debate fundamentado, que traga à tona os desafios concretos colocados à sociedade brasileira, relativos às possibilidades e às condições de trabalho, à saúde e à educação, este último tema central deste periódico. Nestas difíceis circunstâncias e diante do empobrecimento do debate público é da mais alta relevância propiciar intervenções de intelectuais que possam discutir substancialmente os temas educacionais e as dificuldades a enfrentar.

Encerramos o ano com a publicação na Sessão debates do Ensaio de Luiz Carlos de Freitas intitulado “ESCOLAS APRISIONADAS EM UMA DEMOCRACIA APRISIONADA: anotações para uma resistência propositiva” em que ele

[...] procura problematizar o período de resistência que se abre com a eleição de Bolsonaro para a presidência da república, procurando caracterizar as filosofias sociais que lhe dão suporte e a partir do posicionamento destas no cenário mundial, valendo-se da contribuição de autores como I. Wallerstein, estudioso dos sistemas mundo, tirar consequências práticas para uma resistência propositiva. O texto aponta também para consequências na política educacional.

Compondo esse número 78, além do ensaio da Sessão debates, contamos com estudos e pesquisas com diferentes temáticas e abordagens realizados por pesquisadores vinculados a diferentes instituições Brasil e internacional, tais como: PUCPR, UEM, UFS, Unioeste, UFSCar, UFU, UEL, UTFPR, IFRJ, Universidade Franciscana, SME Cascavel, SME

**Artigo**

doi: 10.20396/rho.v18i4.8654319

Aruarama, Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Universidad Academia de Humanismo Cristiano e Universidad Andrés Bello (Chile).

O artigo internacional foi redigido por Cristian Olivares Gatica, J. Fabián Cabaluz Ducasse, Mauricio Saraos Paredes, Felipe Cabaluz Rodríguez e se intitula “Contribuições teóricas para a análise da dimensão política-educacional do projeto histórico popular chileno”, expressão, segundo os autores, das lutas populares historicamente constituídas.

“O método da emancipação chega ao novo mundo: o ensino universal de Jacotot no Brasil (1840-1848)” de autoria de Crislaine Santana Cruz e Silvana Aparecida Bretas tem como finalidade analisar as estratégias de Benoît Jules Mure para disseminação do Método de Ensino Universal no Brasil.

João Carlos da Silva analisa, em seu artigo, sobre “o papel do Apostolado Positivista do Brasil nos encaminhamentos acerca do laicismo na Primeira República”, destacando a articulação histórica entre laicismo, liberdade religiosa e educação na formação social brasileira.

William Robson Cazavechia e César de Alencar Arnaut de Toledo buscam analisar o pensamento de Herbert Marshall McLuhan acerca da educação em que ele a entende como um processo de formação moral e cultural.

“A extensão universitária: contribuições da Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR para as relações étnico-raciais” é o título do artigo redigido por Danielle Souza Petto e Manoel Nelito Matheus Nascimento. Neste, partindo da caracterização histórica da Extensão Universitária, analisa-se as ações extensionistas da UFSCar no que se refere às relações étnico-raciais.

O processo de produção do currículo da rede municipal de ensino de Cascavel é objeto de reflexão de Leonete Dalla Vecchia Mazaro e Paulino José Orso. De acordo com os autores, o processo “considerou os princípios da coletividade, os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a importância da luta dos educadores comprometidos com a escola pública e uma educação emancipadora”.

Num estudo de natureza historiográfica, apoiando-se na técnica bibliométrica, o artigo de autoria de Carla Cristina Jacinto Silva, Élide Cristina Silva Ferreira, Izabel Rozetti, Sauloéber Társio Souza e Tânia Cristina Silveira, tomando como delimitação temporal os anos de 2013 a 2015, analisa a produção veiculada nas revistas HISTEDBR On-Line e Revista Brasileira de História da Educação.

Analisar a construção do imaginário social no que se refere à gênero e docência em Londrina, Paraná, é o objetivo do texto elaborado por Adriana Regina de Jesus Santos, concluindo que, nesse processo, identificam-se ideologias, valores e relações de poder.



“A ideologia do empreendedorismo e da inovação nas universidades públicas brasileiras na fase do capital financeiro / monopolista”, escrito por Armenes de Jesus Ramos Junior, Leandro Turmena, Sidemar Presotto Nunes e Zinara Marcet de Andrade, destacando as formas que o trabalho acadêmico-científico assume nas IES sob a égide do máximo desempenho, maior captação de recursos privados e patenteamento dos conhecimentos produzidos.

Num artigo de caráter teórico-conceitual, Júlia Malanchen e Ricardo Eleutério dos Anjos, ancorando-se nos pressupostos da Pedagogia Histórico-crítica e na Psicologia Histórico-cultural, evidenciam a contribuição da educação escolar na formação de conceitos focando, especificamente, os adolescentes.

“Contribuições da psicologia à educação básica e o problema da psicologização da educação: uma revisão narrativa” é de autoria de Marcele Pereira da Rosa Zucolotto. Neste a autora analisa o lugar predominante da psicologia na compreensão dos fenômenos educacionais que resultou na redução do entendimento do processo formativo circunscrito a aspectos psíquicos individuais ou familiares.

Por fim, o último artigo desse número tem como autor Rodrigo Sarruge Molina. De natureza teórico-conceitual, Molina destaca a importância do materialismo histórico-dialético como fundamento para as pesquisas sobre Instituições Escolares concluindo que, sem este aporte epistemológico os estudos “ficariam sem problemas e sem objetos”.

Oportunamente, agradecemos a participação dos professores dos GTs HISTEDBR da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) na organização deste número da Revista.

Concluimos fazendo corroborando o apelo feito por Freitas no texto publicado neste número na Sessão Debates:

É fundamental defender a democracia liberal como patamar mínimo de civilidade, mas é igualmente necessário superá-la em direção à construção de uma democracia socialista, uma democracia dos trabalhadores. O esgotamento do liberalismo vitimou a democracia liberal e deixou as próximas décadas abertas à construção de um novo sistema histórico que pode ser pior ou melhor do que ele. Cabe a nós resistirmos propositivamente em direção a uma democracia de tipo superior.

AVANTE!

Comitê Editorial